

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 17 a 21 de novembro, em Brasília.

## **MOVIMENTAÇÃO REDUZIDA EM BRASÍLIA, PL ANTIFACÇÃO NA CÂMARA, PRESSÃO PARA VOTAÇÃO DO DEVEDOR CONTUMAZ, IMPASSE SOBRE INDICAÇÃO DE MESSIAS, NEGOCIAÇÕES DO TARIFAÇO & COP 30**

A semana começa com expectativa de movimentação reduzida em Brasília. O feriado prolongado e a participação de autoridades na COP 30 tendem a diminuir o ritmo das articulações no Congresso.

Na Câmara dos Deputados, a pauta será dominada pela votação do PL 5582/2025, o PL Antifacção, previsto para terça-feira (18). O projeto, de iniciativa do Poder Executivo, busca estruturar o enfrentamento às facções criminosas ao definir esse conceito, reorganizar mecanismos de bloqueio e perdimento de bens e ajustar regras de financiamento da segurança pública. O texto, relatado por Guilherme Derrite (PP/SP), já passou por quatro versões e enfrenta resistência do governo, que critica mudanças que reduzem recursos da Polícia Federal e a retirada da tipificação da “organização criminosa qualificada” originalmente defendida pelo Executivo. O Planalto também viu a indicação de Derrite por Hugo Motta (REP/PB) como gesto político que acentuou o desgaste acumulado desde episódios como a derrubada do aumento do IOF, embora reconheça a necessidade de manter o diálogo com o presidente da Câmara. A instabilidade do projeto levou o líder do PT, Lindbergh Farias, a propor a substituição do relator, enquanto setores da direita também pressionam por ajustes, ampliando o clima de tensão em torno da matéria.

Ainda na Câmara, o governo tenta acelerar o projeto que cria um regime específico para o devedor contumaz. O ministro Fernando Haddad reforçou o apelo para que os deputados votem a matéria. Segundo o governo, o texto tem relação direta com a agenda de segurança pública, pois atinge estruturas empresariais usadas de forma recorrente para sonegação e lavagem de dinheiro. A Operação Carbono Oculto, que desarticulou esquemas envolvendo fintechs e distribuidoras de combustíveis, reforçou a leitura de que a política

tributária pode funcionar como instrumento de asfixia financeira de organizações criminosas, compondo um segundo eixo da estratégia governamental além do PL Antifacção.

No Senado, a atenção se volta para a possível indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal. Um mapeamento informal de votos, articulado por aliados de Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), indica apoio insuficiente para aprovação imediata do atual advogado-geral da União. A movimentação é interpretada como tentativa de pressionar Lula a reconsiderar o nome após a votação apertada que reconduziu Paulo Gonet à Procuradoria-Geral da República. Embora o Planalto avalie que Messias teria condições de ser aprovado, o episódio reforça o papel estratégico de Alcolumbre nas sabatinas e sua capacidade de impor custos políticos ao governo.

No campo internacional e econômico, seguem as negociações com os Estados Unidos sobre o tarifaço. Embora o governo Trump tenha suspenso parte das tarifas globais de 10% sobre produtos agropecuários — medida que também beneficiou exportações brasileiras como café, carne e frutas — o Brasil continua sujeito à sobretaxa adicional de 40% aplicada especificamente ao país desde julho. Diante desse quadro, o chanceler Mauro Vieira discutiu com o secretário de Estado Marco Rubio um acordo provisório que poderia aliviar temporariamente os efeitos do tarifaço enquanto se define um roteiro de negociação mais amplo. A manutenção da taxa adicional pressiona setores exportadores e amplia o déficit comercial, reforçando o interesse do governo em alcançar um entendimento ainda em novembro.

A COP30 inicia hoje sua fase política, após uma semana técnica que resultou na consolidação dos textos-base de negociação. Nos próximos dias, diplomatas e chefes de Estado discutirão temas como financiamento climático, transição energética justa e adaptação. A conferência segue até sexta-feira, quando está prevista a plenária final.

## Destaque da Semana

Terça

- Apreciação do parecer – *pendente de apresentação* – da [MPV 1309/2025](#) (*Plano Brasil Soberano*) no âmbito da Comissão Mista.

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do presidente**– **Luiz Inácio Lula da Silva** participou nesta segunda (17), da **Cerimônia de Entrega do Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura** (PNC 2025–2035).

Pela tarde, reuniu-se com o Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, **Marcelo Weick**. Após, teve reunião com o ministro da Justiça e Segurança Pública, **Ricardo Lewandowski**.

Também se reuniu com o ministro da Casa Civil, **Rui Costa**, e, por fim, com a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, **Luciana Santos**.

Nesta quarta (19), retorna para Belém (PA), para a reta final da Conferência sobre mudança climática das Nações Unidas (**COP30**), para encontrar o Secretário Geral da ONU, **António Guterres**, em um esforço conjunto para fortalecer a governança do clima e do multilateralismo.

Ainda nesta semana, participa de reuniões com diversos países, representantes da sociedade civil, povos indígenas e populações tradicionais, e governadores e prefeitos.

### Agenda internacional

- ✓ Pequim (**China**) – Programa de Aceleração do Crescimento da Casa Civil da Presidência da República, para participar do Programa de Capacitação em Liderança Digital e Sustentável da República Federativa do Brasil – 2025.

### Vice-Presidência da República

**Agenda do vice-presidente** – **Geraldo Alckmin** participou, nesta segunda (17) da abertura do **Segmento de Alto Nível da COP30**.

Após, compareceu ao evento de lançamento da publicação “*Elementos para uma estratégia Nacional de Descarbonização Industrial (ENDI)*”.

Pela tarde, participou dos eventos de lançamento da **Plataforma Recircula da ABDI** e, depois, do programa **COOP+Amazônia**.

### Casa Civil

**Agenda do ministro** – **Rui Costa** reuniu-se, nesta segunda (17), com o presidente **Lula**.

### SRI Secretaria de Relações Institucionais

**Agenda da ministra** – **Gleisi Hoffmann** participou nesta segunda (17), da Cerimônia de Entrega do **Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura** (PNC 2025–2035).

<b>GSI</b> Gabinete de Segurança Institucional	Nesta terça (18), se reúne com líderes do governo no Congresso para abordar o PL Antifacção.  <b>Agenda internacional</b> ✓ Xangai ( <b>China</b> ) – Third Workshop on AI Capacity Building.
<b>MinC</b> Ministério da Cultura	<b>Agenda da ministra</b> – <b>Margareth Menezes</b> participou nesta segunda (17), da <b>Cerimônia de Entrega do Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura</b> (PNC 2025–2035), com a presença do presidente <b>Lula</b> .  <b>Agenda internacional</b> ✓ Geórgia ( <b>EUA</b> ) – Conferência Mundial sobre <i>Streaming</i> e Inteligência Artificial.
<b>MF</b> Ministério da Fazenda	<b>Agenda internacional</b> ✓ Pequim ( <b>China</b> ) – Programa Academia de Liderança Digital e Sustentável.
<b>BACEN</b> Banco Central do Brasil	<b>Agenda do presidente</b> – <b>Gabriel Galípolo</b> participou, nesta segunda (17), da Palestra no <b>Fórum Internacional de Equidade Racial Empresarial</b> , promovido pela Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, em São Paulo.  <b>Agenda dos diretores</b> – Pela manhã, o Presidente do Banco Central, <b>Gabriel Muricca Galípolo</b> , participou da Palestra no <b>Fórum Internacional de Equidade Racial Empresarial</b> , promovido pela Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, em São Paulo.  Na Basileia (Suíça), o diretor de Política Econômica, <b>Diogo Guillen</b> , participou, nesta segunda (17), de reuniões promovidas pelo <b>Banco de Compensações Internacionais</b> (BIS).  Também no exterior, a diretoria de Cidadania e Supervisão de Conduta, <b>Izabela Correa</b> , palestrou na <b>Cúpula de Líderes Mena</b> em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos).  Em São Paulo, o diretor de Política Monetária, <b>Nilton David</b> , teve reunião com representantes da <b>Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais</b> (Anbima) e com o CEO da Reach Capital Investimentos, <b>Ricardo de Campos</b> ; o gestor de renda fixa, <b>Norberto Suzigan Fonseca Alves</b> , e o economista-chefe, <b>Igor Berenboim</b> .  Ainda, reuniu-se com a gerente global de portfólio da Mackenzie Investments, <b>Hadiza Djataou Maman</b> , e com o consultor da Medley, <b>Mario Lima</b> .  O diretor de Regulação, <b>Gilneu Vivan</b> , teve reunião com representantes do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa e Pequeno Porte ( <b>MEMP</b> ). Os demais diretores têm previsão de despachos internos.  <b>Balança Comercial</b> – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2025 aumentou para <b>US\$ 62,10 bilhões</b> de resultado positivo.

**Boletim Focus** – Para o **IPCA**, a expectativa diminuiu para **4,46%**. No caso do **PIB 2025**, os economistas do mercado financeiro mantiveram a estimativa de crescimento em **2,16%**. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a **Selic**, em **15%** pela vigésima-primeira semana seguida. A projeção para a taxa de câmbio do dólar diminuiu para **5,40**.

**CAIXA**  
Caixa Econômica Federal

**Agenda da Gerente Nacional**– **Suzana Abade Oliveira Scatolin**, participa, nos dias 19 e 25, do evento "Gartner IT Symposium/Xpo 2025 conference", em Orlando, nos Estados Unidos.

## Poder Legislativo

**Câmara dos Deputados**

O **Plenário da Câmara dos Deputados** deve deliberar, esta semana, o **PL 5582/2025** (*Marco Legal de Combate ao Crime Organizado*).

**Senado Federal**

Já o **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, o **PL 458/2021** (*institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial – Rearp*); o **PL 892/2025** (*Institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ*); e o **PDL 395/2024** (*Acordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul*).

## Comissões

**ECONOMIA E  
TRIBUTAÇÃO**

**Finanças Abertas**

Senado | CCT | Quarta (19) | 10h00

**Audiência Pública** – A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática realiza audiência pública destinada a instruir o **PLP 207/2023** (*dispõe sobre Finanças Abertas e dá outras providências*), com a participação de representantes do Ministério da Fazenda (**MF**); Janaína Pimenta Attie, consultora do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil (**BCB**); representantes da Agência Nacional de Proteção de Dados (**ANPD**) e da Secretaria Nacional do Consumidor (**Senacon**); Hugo Vitor Vecchiato, assessor da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (**Cade**); Antonio Carlos Berwanger, superintendente de Desenvolvimento de Mercado da Comissão de Valores Mobiliários (**CVM**); representante da Superintendência de Seguros Privados (**Susep**); representante da Federação Brasileira de Bancos (**Febraban**); e Karini Teixeira Rezende Madeira, superintendente de Acompanhamento Técnico da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (**CNSeg**).

**ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA**

Câmara | CASP | Terça (18) | 09h00

**Tecnologistas no Ministério  
da Saúde**

**Audiência Pública** – A Comissão de Administração e Serviço Público realiza audiência pública para debater a **situação das contratações dos(as) tecnologistas do Ministério da Saúde**. Participam do debate a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, **Esther Dweck**; **Donizete Simoni**, subsecretário adjunto da Secretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde (**MS**); **Ademir Lapa**, representante da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde; **Etel Matielo**, coordenadora-geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde; **José Celso Cardoso**, secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; **Mônica Cardoso**, da Secretaria de Comunicação e Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal (SINDSEP/DF); e **Nelson Machado do Carmo Júnior**, representante da Comissão dos Aprovados para Tecnologistas.

## Política

**Comissões aprovam emendas ao Orçamento de 2026.** Nas últimas duas semanas, as comissões permanentes do Senado aprovaram suas emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual de 2026 (LOA – [PLN 15/2025](#)). O Orçamento é a lei que estima as receitas e fixa as despesas para o funcionamento da máquina estatal. Compreende os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais. Conforme ato normativo do Congresso Nacional, cada comissão pode apresentar até seis emendas de apropriação. Há ainda a previsão de outras duas emendas de remanejamento de recursos, mas as comissões em geral têm preferência de indicar somente emendas de apropriação, que indicam para onde o governo deveria direcionar os recursos do Orçamento. [Fonte](#): Agência Senado.

**COP30 conclui primeira semana técnica e inicia fase política.** A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém, encerrou sua primeira semana técnica com bons resultados, mas com a perspectiva de intensos debates para a semana final. Essa é a avaliação da presidência da Conferência das Partes (COP), que afirmou neste sábado, 15 de novembro, que a "parte política" do processo começa agora. O balanço da primeira semana indica a aprovação de diversos tópicos por consenso, incluindo trabalhos de transição energética e relatórios de adaptação, problemas de administração e financiamento. O presidente da COP30, André Corrêa do Lago, expressou otimismo, esperando que pelo menos 15 tópicos apresentados sejam transformados em decisões até o fim da próxima semana. Além disso, neste sábado, 15, foram lançados na Zona Azul da conferência os Princípios de convergências de padrões para finanças mais sustentáveis. Esse é um passo importante para a mobilização dos US\$ 1,3 trilhão anuais previstos no Roteiro de Baku a Belém. Enquanto isso, nas ruas da capital paraense, milhares de pessoas se reuniram para exigir justiça climática, proteção de territórios e ações governamentais mais enérgicas, na Marcha Mundial pelo Clima, organizada pela Cúpula dos Povos e com a participação de pov. [Fonte](#): Agência Brasil

## Economia

**Atividade econômica brasileira contraiu 0,2% em setembro.** A atividade econômica brasileira apresentou queda no mês de setembro do ano de 2025, de acordo com informações divulgadas na segunda-feira (17) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) diminuiu 0,2% em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período). No terceiro trimestre, de julho a setembro, a redução chegou a 0,9%. Já na comparação com setembro de 2024, houve variação positiva de 4,9%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. No acumulado do ano, o indicador ficou positivo em 14,2% e, em 12 meses, registrou alta de 13,5%. O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 15% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos. [Fonte:](#) Agência Brasil.

**Redução de tarifas afeta 11% das exportações para os EUA e reforça necessidade de acordo, diz análise da CNI.** Uma análise feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre a decisão do governo dos Estados Unidos de zerar as tarifas recíprocas de 10% de algumas commodities afetam 11% das exportações brasileiras para o país, um total de US\$ 4,6 bilhões. Na quinta-feira, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, eliminou as cobranças para produtos como carne bovina, tomate, café, banana, açaí e outros produtos agrícolas. A medida afeta as exportações brasileiras porque o país é um dos principais exportadores de carne bovina e café aos Estados Unidos. O Brasil, entretanto, ainda está sujeito a uma tarifa punitiva de 40% imposta pelo governo norte-americano. Segundo a CNI, a permanência dessa tarifa reflete a urgência da negociação do governo brasileiro para a redução dessa tarifa, já que países que não enfrentam essa sobretaxa poderão ter mais facilidade para vender esses produtos que o Brasil. [Fonte:](#) O Globo.

## Judiciário

**Confira a pauta da semana do Judiciário.** O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, no plenário virtual, o julgamento sobre a constitucionalidade da [RDC 14/2012](#) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que **proibiu o uso de aditivos que conferem sabor e aroma aos produtos de tabaco**. A análise ocorre no [Recurso Extraordinário \(ARE\) 1.348.238](#), com **repercussão geral reconhecida**, e definirá se a agência extrapolou suas competências regulatórias. Até o momento, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Gilmar Mendes votaram pela ilegalidade da norma, enquanto o relator, Dias Toffoli, e os ministros Cármen Lúcia e Edson Fachin consideraram a resolução válida. O julgamento, interrompido por pedido de vista do ministro Cristiano Zanin, permanecerá aberto até 25 de novembro.

O ministro Cristiano Zanin conduziu nesta segunda-feira (17) audiência de conciliação no âmbito da [Ação Direta de Inconstitucionalidade \(ADI\) 7.788](#), ajuizada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), que questiona as RDCs nº 96/2008 e nº 24/2010 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), normas que regulam a publicidade de medicamentos e alimentos. A sessão contou com a participação de diversos *amici curiae*, como ABA, CNI, ABIA, ACT, Idec e Instituto Alana. **As partes concordaram em suspender a tramitação para permitir tratativas sobre um eventual regramento mínimo de autorregulação aplicável à publicidade de alimentos e medicamentos.**

O STF também publicou a ata do julgamento em que a Primeira Turma rejeitou, por unanimidade, os embargos de declaração apresentados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e outros réus na ação penal ligada à tentativa de golpe de Estado. A publicação do acórdão, prevista para os próximos dias, abrirá prazo de cinco dias para novos recursos, embora a jurisprudência indique que eventuais embargos infringentes devem ser rejeitados por não haver dois votos absolutórios. Após essa fase, caso alguma defesa não recorra, ocorrerá o trânsito

em julgado e o início do cumprimento das penas, o que, no caso de Bolsonaro, pode se dar entre o fim de novembro e o início de dezembro.

Na [ADI 7.754](#), o STF analisa, na quarta-feira (19), a constitucionalidade da [Lei nº 10.489/2024 do Estado do Rio de Janeiro](#), que **determinou o transporte gratuito de animais nas cabines em todos os voos que partam ou pousem no território fluminense**, medida contestada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) por suposta invasão de competência legislativa e imposição a outros entes federativos, inclusive companhias aéreas de outros estados e países. A eficácia da lei está suspensa por liminar do ministro André Mendonça, acompanhada pelo ministro Cristiano Zanin, mas o julgamento foi interrompido por pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

O STF retomará, na próxima quarta-feira (19), o julgamento conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) [5553](#) e [7755](#), que **discutem benefícios fiscais concedidos à comercialização de agrotóxicos**. O relator, ministro Edson Fachin, considerou que a Constituição impõe que o sistema tributário brasileiro seja ambientalmente calibrado e votou pela inconstitucionalidade de cláusulas do [Convênio Confaz 100/1997](#), da fixação de alíquota zero de IPI e de dispositivo da [Emenda Constitucional 132/2023](#), sem efeitos retroativos. O ministro André Mendonça abriu divergência parcial, defendendo que a concessão de benefícios fiscais a insumos agropecuários é constitucional, por integrar a política agrícola prevista na Constituição.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que as **empresas podem deduzir os Juros sobre Capital Próprio (JCP) do IRPJ e da CSLL mesmo quando esses valores se referem a lucros de anos anteriores**. A decisão foi tomada no âmbito dos Recursos Especiais [2.161.414](#), [2.162.248](#), [2.162.629](#) e [2.163.735](#), que compõem o [Tema Repetitivo 1.319](#). Segundo o relator, ministro Paulo Sérgio Domingues, a despesa só surge quando a assembleia aprova o pagamento do JCP, o que está de acordo com as regras contábeis. Ele lembrou que, até 2017, a Receita Federal não aplicava limites temporais para essa dedução e que a restrição posterior não tem base legal. Com a tese firmada, **o entendimento passa a valer para todos os tribunais e para o Carf**.

O tribunal decidiu no âmbito do [Recurso Especial 2.191.479](#), que **a remuneração paga aos aprendizes integra a base de cálculo das contribuições previdenciárias patronais**, definindo que o contrato de aprendizagem previsto no artigo 428 da CLT é um contrato de trabalho especial e sujeito às mesmas contribuições devidas para empregados em geral. A decisão, relatada pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, **afasta a tese de filiação facultativa à Previdência e confirma que a remuneração do aprendiz compõe a base de cálculo das contribuições de 20% ao INSS, do FAE e das contribuições destinadas ao Sistema S**. Com o entendimento uniformizado, os processos sobre o tema deverão seguir essa orientação, exigindo que as empresas revisem procedimentos e adequem o cálculo de suas obrigações fiscais. [Fonte](#): Foco - Relações Governamentais

## Último Foco

**Fabricio Mota é reeleito presidente do Conselho Consultivo da Anatel.** O Conselho Consultivo da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações reelegeu para o cargo de presidente o advogado Fabricio da Mota Alves, sócio do escritório Serur Advogados, para o mandato que começa em fevereiro de 2026. Com um total de 12 membros determinados em publicação de decreto, o órgão representa a participação da sociedade civil nas atividades e decisões da Anatel. Em fevereiro de 2025, Fabricio da Mota Alves iniciará seu primeiro mandato como presidente do conselho. O Senado Federal indicou o advogado, em ambos os mandatos, para o órgão. "Em um momento desafiador para a regulação da inteligência artificial, é fundamental que a Anatel

continue aberta a ouvir as demandas da sociedade civil e das empresas reguladas, fiscalizadas e eventualmente sancionadas por ela", afirma o advogado. "O setor de telecomunicações precisará de regras claras para uso da IA, que não impeçam o desenvolvimento tecnológico e contribuam com interesses nacionais, como a universalização dos serviços de telecomunicações e o alinhamento às melhores práticas internacionais", conclui. [Fonte:](#) IT Forum

### **ANPD e Ofcom realizam reunião para troca de experiências sobre proteção de crianças online.**

A Diretora da ANPD, Lorena Giuberti Coutinho, participou, na última sexta-feira (14), de reunião com a Office of Communications (Ofcom), agência reguladora do Reino Unido, para troca de experiências sobre a implementação do Online Safety Act (OSA) e sobre as perspectivas de implementação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital) no Brasil. Durante o encontro, a Diretora apresentou como a ANPD vem se preparando para a regulamentação e fiscalização do ECA Digital, destacando a continuidade de trabalhos já iniciados pela ANPD na área de proteção de dados de crianças e adolescentes. A Ofcom compartilhou detalhes sobre a implementação prática do OSA e ressaltou seu papel ativo no Global Online Safety Regulators Network, que reúne autoridades reguladoras de segurança online de diversos países, como Austrália, Coreia do Sul, França, Fiji e África do Sul, entre outros. Foi enfatizado o potencial da cooperação internacional entre reguladores de segurança online no intercâmbio de melhores práticas, como por exemplo para a definição de padrões a serem seguidos em relatórios de transparência. Como resultado da reunião, a ANPD e a Ofcom acordaram em manter diálogos técnicos regulares, com o objetivo de aprofundar a troca de experiências e informações. [Fonte:](#) IT Forum

### **Conselho Consultivo da Anatel realizará Fórum Participativo de Infraestrutura e Soberania Digital em 24 de novembro.**

O Conselho Consultivo da Anatel promoverá, no dia 24 de novembro de 2025, o "Fórum Participativo de Infraestrutura e Soberania Digital", encontro destinado a ampliar o diálogo multissetorial sobre os desafios regulatórios, tecnológicos e institucionais relacionados à expansão da infraestrutura de telecomunicações no Brasil. O evento será realizado na Sala de Reuniões do Conselho Diretor da Agência, em Brasília, com capacidade para 100 participantes presenciais. Segundo o presidente do Conselho Consultivo, Fabrício da Mota Alves, o Fórum busca "coletar subsídios qualificados que fortaleçam o papel institucional do Conselho Consultivo e contribuam para o aprimoramento das políticas de telecomunicações previstas na Lei Geral de Telecomunicações". Ele destaca que a iniciativa reforça o compromisso com a participação social no setor, conforme o artigo 33 da LGT. Ao início do encontro será apresentada a minuta da Carta de Intenções do Conselho Consultivo, dirigida ao Conselho Diretor da Anatel, ao Ministério das Comunicações e a outros órgãos competentes. [Fonte:](#) ASCOM ANATEL

### **Presidente da Anatel lança iniciativas sobre tecnologias digitais e clima na COP30 .**

Os dias 10 e 11 de novembro marcam os dias temáticos de Ciência, Tecnologia e Inteligência Artificial (IA) na 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). O objetivo é destacar o papel das tecnologias digitais no campo da ação climática, neste período em que as atenções do mundo se voltam para o Brasil. Ao lado do ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, e da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri, representou o Brasil em eventos da Ação Digital Verde (GDA) da União Internacional de Telecomunicações (UIT), parte integrante da Agenda de Ação da COP30. A GDA da UIT teve início na 28ª Conferência das Partes (COP28) da UNFCCC em Dubai, Emirados Árabes Unidos (EAU), em 2023, e conta hoje com participação de alto nível de mais de 40 organizações, com atividades distribuídas em sete pilares temáticos, que vão desde a implementação de sistemas de alertas precoces em casos de eventos climáticos extremos até ações que visam à redução de emissões de gases do efeito estufa do setor de Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs). A principal entrega do setor de tecnologias digitais este ano é o GDA Hub, um polo global a ser instalado em Brasília (DF), com o objetivo

de acelerar iniciativas setoriais com impacto na agenda ambiental internacional, no melhor espírito do mutirão, tema transversal atribuído à conferência deste ano pela presidência brasileira da COP30. As organizações internacionais que moldarão as discussões e os projetos do Hub incluirão inicialmente o Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (Unitar), o Grupo Banco Mundial (WBG), a Coalizão Digital Verde Europeia (EGDC), a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), a Coalizão para a Sustentabilidade Ambiental Digital (Codes) e o Instituto Global para o Crescimento Verde (GGGI), além da UIT. [Fonte:](#) ASCOM ANATEÇ

**Fintechs vão receber selo de prevenção a fraudes, antes só de bancos.** Em tempos de fintechs envolvidas com o crime organizado e lavagem de dinheiro, um selo de prevenção a fraudes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, conhecida como Fin, antes recebido só por bancos, vai ser, na próxima semana, entregue a 22 instituições, incluindo bancos, fintechs e instituições de pagamento. Todas essas 22 instituições serão certificadas por “padrões rigorosos de integridade, segurança e conformidade em suas operações”. A edição 2025 do selo será entregue na próxima terça-feira (18), onde os nomes serão revelados. A certificação foi lançada em 2023 pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e no ano passado, na gestão do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia à frente da Fin, o objetivo foi ampliar o alcance no setor. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo.